

Experiência pedagógica sobre pluralidade religiosa

Pedagogical Experience on Religious Plurality

Marcio Henrique da Silva Ribeiro

Resumo

A pluralidade religiosa brasileira tem contribuído para a riqueza de nossa diversidade cultural, bem como a ampliação de nosso olhar para a realidade. As tradições religiosas apresentam uma multiplicidade de narrativas, mitos, símbolos, crenças, rituais, costumes e códigos morais. Contudo, essa rica diversidade religiosa, cuja liberdade de exercício é garantida pela Constituição de 1988, ainda é alvo de intolerância. Este artigo visa apresentar a experiência do trabalho feito durante as aulas de Ensino Religioso sobre as tradições religiosas e a chamada “Regra de Ouro” (ou “Ética da Reciprocidade”). Os objetivos desse trabalho implicam desenvolver o estudo e a reflexão sobre as tradições religiosas, seus elementos constitutivos, suas visões éticas do relacionamento entre as pessoas e a Casa Comum e suas contribuições para a paz e a justiça. Primeiramente, vamos expor os referenciais teóricos pedagógico e teológico que embasam o trabalho. Posteriormente, seus objetivos, seu método de pesquisa, procedimentos de interpretação dos dados e de apresentação dos resultados. Por fim, será feito um relato das expectativas e impressões sobre os resultados obtidos, tendo em conta a preocupação com uma educação inclusiva, comprometida com a pluralidade humana e religiosa, com a liberdade de pensamento e com a superação de preconceitos.

Palavras-chave: Religião. Convivência. Ética da reciprocidade.

Abstract

The Brazilian religious plurality has contributed to the richness of our

cultural diversity, as well as the expansion of our view of reality. Religious traditions present a multiplicity of narratives, myths, symbols, beliefs, rituals, customs, and moral codes. However, this rich religious diversity, whose freedom of exercise is guaranteed by the 1988 Constitution, is still a target of intolerance. This article aims to present the experience of work done during Religious Teaching classes on religious traditions and the so-called “Golden Rule” (or “Ethics of Reciprocity”). The objectives of this work involve developing the study and reflection on religious traditions, their constitutive elements, their ethical visions of the relationship between people and the Common House and their contributions to peace and justice. First, we will expose the pedagogical and theological theoretical references, which support the work. Subsequently, its objectives, research method, data interpretation procedures and results presentation. Finally, an account of expectations and impressions about the results obtained will be made, considering the concern with an inclusive education, committed to human and religious plurality, to freedom of thought and to overcoming prejudices.

Keywords: Religion. Coexistence. Ethics of reciprocity.

Introdução

A educação cidadã na atualidade é vista como essencial para a formação de um indivíduo atuante no meio em que vive, tornando ativa e protagonista a sua participação social. Diante dessa concepção, entende-se que educar tem um sentido mais amplo e significativo de práticas pedagógicas que promovam o aprendizado e o respeito aos Direitos Humanos, como caminho para uma formação ética, integral e cidadã da pessoa e da comunidade, incluindo o desenvolvimento das dimensões cognitiva, socioemocional e espiritual-religiosa.

A LDB¹ nos apresenta a Educação como um processo formativo que não pode ser pensado fora do princípio da liberdade, da autonomia e do protagonismo dos estudantes, assim como dos ideais de solidariedade e desenvolvimento da cidadania.² Chama a atenção o fato de a Educação ser vista como um processo integral que abrange todas as dimensões da vida familiar, da convivência humana, do trabalho, das manifestações culturais, dos movimentos e organizações sociais.³

Desse modo, a função da escola é ampliada, abrangendo o necessário fortalecimento de habilidades e competências imprescindíveis para a

¹ Lei de Diretrizes e Bases.

² BRASIL, Lei n.º 9.394, de 23 dezembro de 1996, Art. 2º.

³ BRASIL, Lei n.º 9.394, de 23 de dezembro de 1996, Art. 1º.

aprendizagem da convivência. Ambiente privilegiado em recolher o que chega pelos alunos, a escola deve trabalhar esse conhecimento que, com a participação protagonista dos estudantes, o reflete nas ações desses sujeitos para além da sala de aula. Desse modo, concretiza-se o desejo de uma educação como perspectiva de uma *escola em saída*, ecoando o propósito de uma Igreja atenta às exigências do mundo atual.

Pensando nisso, a proposta pedagógica apresentada neste artigo traduz a preocupação com uma formação do educando como pessoa que vive em sociedade, incluindo o desenvolvimento da autonomia intelectual, do pensamento crítico e a formação do sujeito ético, ou seja, uma pessoa consciente de si e dos outros; dotada de vontade própria, capaz de deliberar e decidir; pessoa responsável; livre e autodeterminada; enfim um sujeito autônomo.⁴

Primeiramente, vamos expor os referenciais teóricos que embasam e orientam nossa proposta de trabalho. O referencial pedagógico aborda a importância da ética para a convivência tanto no que se refere à educação em geral quanto ao Ensino Religioso; o teológico, sobre as ideias de proximidade, de comunhão, de paz e fraternidade divina e religiosa. Posteriormente, apresentamos a proposta pedagógica propriamente dita, com os procedimentos e orientações para o trabalho desenvolvido pelos alunos. Por fim, será feito um relato das expectativas e impressões sobre os resultados obtidos, tendo em conta a preocupação com uma educação inclusiva e ética, comprometida com o respeito à pluralidade humana e religiosa, com a liberdade de pensamento e com a superação de preconceitos.

1. Referencial teórico-pedagógico sobre ética para a convivência

1.1. Educação e o aprender a viver juntos

O relatório da UNESCO sobre a Educação no século XXI, um marco para uma filosofia da educação preocupada mais em explorar os conhecimentos que em seu acúmulo, já apontava para a necessidade de uma educação ao longo da vida baseada na e para a convivência. Entre os quatro pilares propostos por esse relatório, um era justamente aprender a conviver com os outros: “Aprender a conviver, desenvolvendo a compreensão do outro e a percepção das interdependências – realizar projetos comuns e preparar-se para gerenciar conflitos – no respeito pelos valores do pluralismo, da compreensão mútua e da paz.”⁵

Segundo Delors, conviver implica a arte de desenvolver continuamente (educação ao longo da vida) a compreensão do outro e, igualmente, a relação que se estabelece nessa compreensão. Essa interdependência entre as pessoas se

⁴ CHAUI, M., Convite à filosofia, p. 337-338.

⁵ DELORS, J., et al., Educação, p. 31.

efetiva, cooperativamente, na realização de projetos comuns, assim como na capacidade de aceitar e resolver, conjuntamente os conflitos e as divergências usuais à vida em sociedade. Disso decorre a necessidade de respeitar o ponto de vista do outro, reconhecer a pluralidade na qual estamos inseridos, o que nos remete novamente à necessidade de compreensão e inclusão do outro, como chave para a convivência e a paz.

A necessidade de aprender a conviver, tendo em conta a compreensão e a cooperação com os outros em todas as atividades humanas, como um pilar do conhecimento, significa que este é uma tarefa comunitária. Se do ponto de vista biológico cognitivo a faculdade de conhecer supõe o desenvolvimento das condições biológicas do indivíduo, sendo então um ato individual, contudo, o ato de conhecer não é solitário. O conhecimento é ato social, tanto com relação ao que se conhece, o conhecimento como herança histórica, quanto com relação ao sujeito, pois este sempre experimenta trocas intersubjetivas no processo de construção do conhecimento.

Por isso, em uma perspectiva sociocultural (ou sociocognitiva) da educação, como uma experiência social de autodescobrimento e de desenvolvimento da relações com o outro, o aprender a conviver é, na verdade, um movimento segundo, uma resposta à primazia do convívio social para a aprendizagem, para o aprendizado e o desenvolvimento pessoal.

1.2. Educação para a comunhão

Essa perspectiva se aproxima da visão de Paulo Freire sobre a educação dialógica na dialogicidade,⁶ e sobre o processo educativo libertador do ser humano, cuja base é a comunhão: “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão.”⁷ E como dito antes, num sentido mais amplo, não se trata apenas do conhecimento como objeto, pois a comunhão implica não apenas a partilha dos bens, dos conhecimentos e valores, mas a relação intersubjetiva na própria partilha de si.

É notório que para Freire a educação problematizadora e conscientizadora tem como objetivo o desenvolvimento da consciência crítica e da liberdade da pessoa. Para tanto, é essencial um processo educativo dialógico, no qual os sujeitos sejam promotores tanto do desvelamento da realidade quanto da autopercepção crítica. Para isso, ele considera fundamental uma educação que comprometa os sujeitos com a problemática de suas situações existenciais na unidade de pensamento e ação como expressão de si e do mundo.⁸

⁶ FREIRE, P., *Pedagogia do oprimido*, p. 39.

⁷ FREIRE, P., *Pedagogia do oprimido*, p. 29.

⁸ MIZUKAMI, M. G. N., *Ensino*, p. 98-99.

Convivência e comunhão devem compor o processo educativo, como condições para a aprendizagem, para o crescimento mútuo, para a visualização conjunta e plural da realidade. Fora delas, o indivíduo está só, voltado para si, isolado em seus problemas e dilemas, em uma educação que provoca o isolamento e o individualismo; uma educação opressora.⁹

As preocupações desses autores abrangem uma concepção de educação mais ampla, na qual a convivência e a comunhão são essenciais para a realização das potencialidades do indivíduo e da comunidade humana, são propiciadoras da criatividade e da sociabilidade, do ser enquanto partilha e comunhão. Inerentes ao processo educativo, a convivência e a comunhão fundamentam as diversas facetas e abrangências desse processo: relações familiares, convivência humana, mundo do trabalho, manifestações culturais e movimentos e organizações sociais.

Contudo, essa concepção de educação apresenta para o indivíduo e para a sociedade uma gama de desafios, tanto no ambiente escolar, quanto, e principalmente, na vida em sociedade. Além da violência que nos cerca, ela é constantemente ameaçada pela competição e egoísmo, por intransigências e racismos. A cooperação, a tolerância, a empatia e a alteridade se apresentam como elementos de uma educação para a diversidade e a pluralidade humana e social, assim como para o desenvolvimento ético da pessoa humana.

O desenvolvimento ético se refere a um processo (educativo) de tomada de consciência da racionalidade, da liberdade e da responsabilidade por parte do sujeito ético,¹⁰ no qual se deve reconhecer a necessidade de se aprender a conviver. De fato, as ciências pedagógicas hoje percebem que a faculdade de aprender compreende e possibilita o desenvolvimento de habilidades e competências cognitivas, sociais e emocionais. Alinhada às teorias psicológicas do desenvolvimento humano em seus aspectos biológicos, psicológico e sociais, cresce a consciência da necessidade de assumir uma concepção de educação inclusiva e integradora das diversas dimensões da pessoa para uma formação inclusiva e integradora de verdadeiros sujeitos éticos.

1.3. Competências para a convivência

Nesse sentido, as competências gerais da educação básica apresentadas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) apontam para a necessidade de uma educação que saiba articular essas competências “na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores”, baseada em princípios éticos essenciais para o respeito à vida.¹¹ De acordo com o escopo deste

⁹ FREIRE, P., *Pedagogia do oprimido*, p. 43.

¹⁰ CHAUI, M., *Convite à filosofia*, p. 337.

¹¹ BRASIL, MEC, BNCC, p. 9-10.

trabalho, vale destacar algumas das competências gerais da BNCC¹² que se relacionam com nosso objeto e contribuem com nossos objetivos de reflexão, ou seja, como essas competências se relacionam com a convivência e como elas contribuem para o aprender a conviver; e qual a importância pedagógica (e teológica) dessa relação e contribuição para o Ensino Religioso.

As competências do Conhecimento e do Pensamento científico, crítico e criativo implicam uma perspectiva mais ampla e abrangente do conhecimento. Englobando as estruturas e conjunturas sociais, bem como as manifestações culturais, o conhecimento enquanto capacidade humana é criativo e crítico, relacional e colaborativo, na interação entre os sujeitos que conhecem e os repertórios e heranças culturais e religiosos.

As diversas tradições religiosas se alicerçam em distintos sentidos de vida e se manifestam em cosmovisões, linguagens, saberes, crenças, mitologias, textos, símbolos, ritos, doutrinas, tradições, práticas e princípios éticos e morais. Diante disso, o Ensino Religioso busca articular as dimensões de criatividade e de criticidade do conhecimento para uma tomada de posição cognitiva, ética e estética na convivência com essa realidade plural. Se o conhecimento é um processo de nascer com a realidade,¹³ nascemos continuamente na relação com o outro, na medida em que dele nos tornamos próximos e com ele estabelecemos o diálogo e a troca.

Com relação às Competências de Comunicação e Argumentação, a utilização da linguagem para a expressão e a partilha, como um elemento antropológico fundamental, é uma experiência dialógica na qual as pessoas envolvidas participam como protagonistas do processo de aproximação, superação de desentendimentos e eliminação de dissensões. A comunicação é parte fundamental da interação social, essencial para a convivência e o aprender a viver juntos, na medida em que a palavra do outro é escutada, acolhida, respeitada.

A BNCC coloca como primeira subdimensão a atitude de escuta: a atenção, o interesse, a abertura, a ponderação e o respeito ao que é dito pela outra pessoa. Para a área do Ensino Religioso, a atitude de escuta encontra na tradição bíblica um rico sentido para a convivência. Criado para a interlocução com Deus, o ser humano é chamado a ouvir, acolher e viver a Revelação de vontade salvífica que o próprio Deus lhe comunica; como interlocutor com seus pares, à missão de testemunhar o Evangelho da paz ao mundo.

A competência do Autoconhecimento e autocuidado chama a atenção para importância do conhecer-se e compreender-se na diversidade humana. O humano nos coloca em uma perspectiva de igualdade, de reconhecimento do valor do eu e do

¹² Nos baseamos no documento: MOVIMENTO PELA BASE; CENTER FOR CURRICULUM REDESIGN. Dimensões e Desenvolvimento das Competências Gerais da BNCC.

¹³ GARCIA, A. M., A experiência do conhecimento, p. 45.

outro; mas a imanência desse humano não se basta, não esgota todo seu valor. Há uma outra dimensão desse valor que surge justamente nas relações que estabelecemos, bem como no modo e na intensidade como essas relação afetam nossa vida.

A Competência de Empatia e cooperação, com suas dimensões de valorização da diversidade e da alteridade, bem como de diálogo e acolhimento da perspectiva do outro, manifesta e evidencia o ser humano como um ente relacional, um ser de relações. As relações antecedem e antecipam o indivíduo, no tempo e no ser, pelo contexto familiar e social, no complexo movimento ininterrupto de apropriação e produção cultural que marcam esse indivíduo.

Essa perspectiva evoca dois conceitos do universo religioso relativos ao ser humano como ser de relações: imanência e transcendência.¹⁴ Como ser de imanência, a pessoa se constitui em sua dimensão individual, subjetiva, um ser para si, a perseidade; como ser de transcendência, experimenta a dimensão comunitária, abertura ao outro, ser para os outros, a alteridade. Recebendo dos outros o vir a ser, biológica e culturalmente falando, ambos conceitos possibilitam que a pessoa se relacione e perceba a igualdade e a diferença humanas na aprendizagem do viver com os outros.

As Competências Trabalho e projeto de vida e Responsabilidade e cidadania destacam a importância da descoberta e construção de sentidos pessoais de vida alinhados a valores, princípios éticos e políticos. O objetivo de uma cidadania responsável está inserido em um processo que engloba a aprendizagem e a interação com o Repetório cultural e os conhecimentos religiosos e culturais, assim como o respeito do direito à liberdade religiosa e de ideias, o que supõe o desenvolvimento de habilidades para o diálogo religioso e social.

A relação entre as Competências Gerais da BNCC e o Ensino Religioso fica claro na medida em percebemos nelas o pressuposto antropológico do ser humano como um ser relacional. Inserido em um determinado contexto histórico-social, e movido pelo compromisso em exercer uma cidadania responsável, inclusiva e pautada em valores éticos, ele assume a missão da construção de um mundo mais justo, fraterno, solidário e inclusivo, pondo em prática as competências acima.

1.4. Objetivos do Ensino Religioso

Dentro do quadro da BNCC, e alinhado às competências supracitadas, o Ensino Religioso deve proporcionar, propiciar e promover a emergência e a agência das habilidades, das atitudes e dos valores que orientam a formação para uma consciência e uma postura éticas, tanto no processo de construção do conhecimento, quanto e principalmente na convivência com outras experiências e

¹⁴ GARCIA RUBIO, A., Unidade na pluralidade, p. 307.

tradições religiosas.¹⁵ É o que se pode perceber mais claramente em seus objetivos.

Em primeiro lugar, se coloca a primazia do “direito à liberdade de consciência e de crença”,¹⁶ cujo conhecimento deve ser propiciado tendo como propósito o constante respeito e a garantia na promoção dos direitos humanos, ou seja, a liberdade religiosa baseada (como um dos constitutivos) nos direitos humanos. Isso decorre da “aprendizagem dos conhecimentos religiosos, culturais e estéticos, a partir das manifestações religiosas percebidas na realidade dos educandos”,¹⁷ no respeito à alteridade e à pluralidade dessa realidade. Uma experiência de convivência e de olhar para o outro, como fundamental para o desenvolvimento da pessoa e para a construção de seu projeto de vida.

Desse modo, a partir dos valores e princípios éticos religiosos, o Ensino Religioso deve contribuir para o crescimento pessoal e a construção dos laços comunitários, bem como para o desenvolvimento de competências e habilidades cognitivas e emocionais que contribuam para uma convivência ética, orientadas para exercício do respeito à liberdade de concepções e o pluralismo de ideias.

Podemos inferir que o trabalho do Ensino Religioso tem um papel fundamental na construção e na consolidação do conhecimento como instrumento para o posicionamento ético no mundo. Desse modo, as bases curriculares orientam com relação ao trabalho com o Ensino Religioso que este adote

A pesquisa e o diálogo como princípios mediadores e articuladores dos processos de observação, identificação, análise, apropriação e ressignificação de saberes, visando o desenvolvimento de competências específicas. Dessa maneira, busca problematizar representações sociais preconceituosas sobre o outro, com o intuito de combater a intolerância, a discriminação e a exclusão.¹⁸

Há uma confluência entre essa aproximação metodológica e atitudinal com a proposta apresentada pela UNESCO, bem como as perspectivas freirianas da educação: propostas pedagógicas e éticas para uma educação para a convivência, para o viver juntos, para a comunhão, baseada no diálogo, na colaboração, na mediação de conflitos e na superação de preconceitos. A aprendizagem da convivência se faz no convívio efetivo na comunidade escolar, familiar e social, uma aprendizagem na convivência e na comunhão para a convivência e a comunhão.

Esses elementos referenciais são tomados como pressupostos metodológicos e éticos de nosso trabalho pedagógico. São fundamentais, mas não únicos; são insuficientes, pois mostram apenas um aspecto do trabalho aqui exposto. Destarte, devemos observar a perspectiva teológica que nos orienta.

¹⁵ BRASIL, MEC, BNCC, p. 434.

¹⁶ BRASIL, MEC, BNCC, p. 434.

¹⁷ BRASIL, MEC, BNCC, p. 434.

¹⁸ BRASIL, MEC, BNCC, p. 434.

2. Referencial teórico-teológico

Diante do quadro até aqui exposto, um recorte da educação e formação para a convivência, podemos destacar os desafios que tal proposta formativa enfrenta, como a intolerância, o individualismo, a superficialidade das relações, a lógica das bolhas sociais e religiosas.¹⁹ Essa realidade revela a pluralidade e a mudança diante das quais o instrumental de uma formação para a ética da convivência e o diálogo precisa se adaptar. Assim como acontece no anúncio do Evangelho, para ser transmitido e vivido.²⁰

A teologia, assim como outros saberes, percebe o quando as mudanças lhe afetam. Diante da complexidade em que se encontra o discurso da fé, a alteridade se coloca como uma chave fundamental para a teologia, vista como uma categoria teológica que encontra na alteridade trinitária o paradigma do existir e do viver com o outro.

Isso posto, nossa proposta é fazer uma reflexão atenta ao quadro de pluralismo e mudança no qual se encontra uma educação para a convivência ética, a partir da alteridade e sua relação com a imagem trinitária de Deus. Consciente da complexidade tanto da questão como das respostas, nossa intenção é partir da problemática da aprendizagem da convivência apontar respostas a partir de uma reflexão teológica sobre a proximidade, a comunhão, a paz e fraternidade.

2.1. A proximidade como interioridade

A proposta de reflexão a partir da imagem trinitária de Deus nos impõe o desafio de mostrar a pertinência da fé cristã em um contexto diverso. Contexto marcado pelo florescimento religioso, mais precisamente, espiritual, caracterizado como um modo de estar no mundo, de compreender a realidade e de se compreender na história. Interpelada por esse contexto, a teologia comunica o sentido da salvação no testemunho da proximidade com o humano, pois é na história que vivemos as experiências de fé, mesmo em uma época como a nossa, marcada por desencantamentos e crises.²¹

Esse caminho engloba na perspectiva soteriológica um elemento antropológico, visto com suspeitas por muitos, mas que é um dom divino: a subjetividade humana.²² Olhar com outros olhos para a subjetividade supõe reconhecer sua positividade, principalmente quando falamos de subjetividade madura. Nessa perspectiva, dado como pressuposto que a transcendência se abre

¹⁹ LIBÂNIO, J. B., A arte de formar-se, p. 60-65.

²⁰ AMADO, J. P., Mas que loucura, p. 25.

²¹ MENDOZA-ÁLVAREZ, C., El Dios escondido de la posmodernidad, p. 21-22.

²² MENDOZA-ÁLVAREZ, C., El Dios escondido de la posmodernidad, p. 334.

à subjetividade, esta é chamada a ser abrir em intersubjetividade. Isso só é possível num processo de reconhecimento e de aproximação relacional em que um vê e reconhece no outro uma “subjetividade madura”, que se faz presente na relação intersubjetiva, com o outro humano e com Deus.

Entretanto, o vazio verbal presente na percepção de Deus e das tradições religiosas pode ser interpretado como consequência de uma imagem da divindade e da religião como realidades distantes e indiferentes, que acabam por se distanciar das pessoas.²³ Para um indivíduo e uma sociedade marcados pelo solipsismo, basta o Deus distante.²⁴ Superar essa imagem exige um grande esforço pessoal e comunitário, pois a relação com o Deus próximo (*cercano*) exige um sair de si para o encontro, para ser próximo do outro (Lc 10, 25-37).

A perspectiva dessa exigência questiona uma visão extrínseca de Deus ao mesmo tempo em que nos desloca para a interioridade como a “intimidade mais íntima que nós mesmos”.²⁵ A interioridade como a expressão de uma relação baseada na maturidade intra e intersubjetiva: a pessoa que coloca toda sua subjetividade na relação com Deus, visto não como instrumento de realização de desejos pessoais, mas aceito na maturidade de sua proposta de fé.

Para a espiritualidade cristã, a interioridade se apresenta como paradigma da fé e da experiência de convivência, a partir da dimensão da espiritualidade bíblica da experiência do Deus envolvente, em quem “vivemos, nos movemos e existimos” (At 17,28). A subjetividade madura, fruto da experiência do Deus próximo, tem na experiência de Jesus seu ícone, na profunda dimensão trinitária dessa visão do Deus próximo: ela fala do Pai que é próximo, o Pai que constantemente está voltado para seus filhos; fala do Filho que se fez nosso próximo, próximo na radicalidade da encarnação; fala do Espírito, cujo dom e a presença nos aproximam de Deus e dos outros.

O câmbio de uma imagem individualista e solitária de Deus para a (verdadeira) imagem do Deus da vida, relacional-comunitário, significa a recuperação de uma espiritualidade trinitária, baseada na imanência de Deus, bem como na comunicação econômica de seu amor salvífico. A capacidade comunicativa divina ilumina a nossa (in) capacidade comunicativa e relacional, pois a comunicação supõe a relação. A Trindade é relação, é comunicação na relação amorosa em si e para nós.²⁶

Essa intuição bíblico-teológica tem profundas implicações existenciais, filosóficas, psicológicas e pedagógicas no que se refere a uma aprendizagem pela interioridade. Consoante ao que dissemos sobre o quadro da educação e formação

²³ GRESHAKE, G., El Dios uno y trino, p. 35.

²⁴ MARDONES, J. M., Matar a nuestros dioses, p. 114.

²⁵ MARDONES, J. M., Matar a nuestros dioses, p. 113.

²⁶ MARDONES, J. M., Matar a nuestros dioses, p. 196.

para a convivência, pontualmente em se tratando da área do Ensino Religioso, a necessidade de mudança instrumental em sua abordagem educativa nos impõe uma mudança na forma e no conteúdo comunicativos. Talvez por isso, comunicaria melhor não apenas repetir termos, mas buscar outros que dizem mais, como Amor, Solidariedade, Gratuidade, Comunidade;²⁷ ou ainda *comunicar*, *comunidade* e *comunhão*, termos que partilham da mesma raiz.²⁸

2.2. A comunhão como dimensão divina e religiosa

A vivência do Evangelho em uma espiritualidade madura e próxima exige a imbricação da fidelidade ao Evangelho com o compromisso, no espírito da *Gaudium et Spes*, a tudo o que é humano. Disso decorre a necessidade de tornar mais pertinente a relevância da comunhão trinitária, assim como a importância teórica e as consequências práticas de sua compreensão e relação com os mais variados âmbitos da realidade humana e social. É preciso, portanto, uma linguagem mais comunicativa da comunhão trinitária, mais relacionada à vida dos cristãos,²⁹ bem como na experiência da convivência e do aprender a conviver.

A comunhão trinitária ilumina a espiritualidade cristã e a convivência humana como experiências do amor.³⁰ Contudo, não é próprio falar de uma experiência “puramente humana” na perspectiva cristã, pois, partindo da fé na comunhão trinitária, só se pode chegar a uma interpretação de conjunto da realidade da fé e do mundo em seu entrecruzamento recíproco,³¹ bem como redescobrir a plausibilidade dessa comunhão nas situações cambiantes da vida.³²

A fé cristã não crê “de alguma maneira” em Deus, mas sim, crê em um *Deus tri-pessoal*, no Deus da vida, cujo ser e agir trinitário se revela em constante proximidade e em perene comunhão com nossa realidade humana.³³ A Trindade é comunhão (*communio*); comunhão presente na relação imanente das divinas pessoas, que se manifesta na comunhão com o ser humano e toda a criação. Como amor interpessoal, a Trindade é o fundamento, o centro e a meta de todo ser,³⁴ de toda espiritualidade que se quer cristã; o que toca o cerne da fé na ação salvífica de Deus e, conseqüentemente, o modo de viver e conviver humanamente. A revelação não nos faz passar do ser-no-mundo a um mundo superior que nenhuma

²⁷ MARDONES, J. M., Matar a nuestros dioses, p. 197.

²⁸ TORRINHA, F., comunico, p. 169.

²⁹ GRESHAKE, G., El Dios uno y trino, p. 31.

³⁰ BINGEMER, M. C. L.; FELLER, V. G., Deus-amor, p. 142.

³¹ GRESHAKE, G., El Dios uno y trino, p. 43.

³² AMADO, J. P., Mas que loucura, p. 17 e 20.

³³ GRESHAKE, G., El Dios uno y trino, p. 40.

³⁴ GRESHAKE, G., El Dios uno y trino, p. 63.

relação tem com nosso universo de experiências.³⁵

A abordagem sobre o Deus próximo e comunhão diz muito à vivência e à comunicação de sentimentos,³⁶ necessárias à experiência comunitária e ao aprender a conviver. Essa abordagem divina é entranhada por um *pathos* fundamental, ou seja, por uma “simpatia trinitária” de um Deus que vem ao nosso encontro e assume nossa condição; de um Deus vulnerável que assume o risco de se aproximar da ambiguidade humana e de se identificar com ela.³⁷

O sentido soteriológico e o significado teológico desse movimento divino evidenciam um dos aspectos da espiritualidade comunitária e da pedagogia do conviver: o Deus presente, que está junto de seu povo.³⁸ Esse pilar da experiência salvífica bíblica se manifesta também no modo de ser e de agir na encarnação e *kênose* do Filho, de ser carne (*sarx*), de estar na humanidade em humanidade; de partilhar conosco seu Espírito, vínculo da união trinitária e dela com a humanidade.

Ora, tal disposição agrega em si o risco inerente a esse modo trinitário de ser, na partilha da vida para e com o outro. Tudo isso livre e gratuitamente; viver a dinâmica do amor e da justiça como condições essenciais da construção da paz e da fraternidade.³⁹

2.3. A ética da paz e da fraternidade

Esta intuição básica da analogia da Trindade, como chave hermenêutica da experiência humana de convivência,⁴⁰ corresponde ao desejo e à necessidade de uma espiritualidade e ética cristãs vividas no pluralismo de novos formatos,⁴¹ que a convivência e o aprender a viver juntos nos colocam. Mas, como dito antes, a convivência enfrenta muitos desafios, individuais e sociais, no ambiente escolar e na vida em sociedade: violência, competição, intransigências, racismos, intolerância, discriminação, exclusão religiosa etc. Diante desses desafios, como nos encoraja a Carta Encíclica *Pacem in terris*, toda pessoa de boa vontade é incumbida da tarefa de realizar a verdadeira paz, restaurando as “relações de convivência humana na base da verdade, justiça, amor e liberdade”.⁴²

Superando uma visão reducionista de assegurar a paz pelo equilíbrio de

³⁵ GRESHAKE, G., El Dios uno y trino, p. 49.

³⁶ MARDONES, J. M., Matar a nuestros dioses, p. 5.

³⁷ COSTE, R., Il est notre paix, p. 108.

³⁸ É significativa a sequência dos verbos em Ex 3,7: vi, ouvi, conheci e desci, cuja intenção principal é mostrar o plano de Deus de estar com seu povo.

³⁹ COSTE, R., Il est notre paix, p. 88.

⁴⁰ GRESHAKE, G., El Dios uno y trino, p. 63.

⁴¹ AMADO, J. P., Mas que loucura, p. 19.

⁴² PT p. 81.

força bélica e da corrida armamentista, a *Pacem in Terris* amplia a visão sobre a paz e a relaciona à dignidade humana, bem como aos direitos inerentes à pessoa humana.⁴³ Podemos perceber que há uma enfática afirmação da dignidade e dos direitos humanos como princípios éticos que fundamentam a verdadeira paz, a qual só se efetiva autenticamente na medida em que a dignidade humana e os direitos humanos são respeitados e garantidos,⁴⁴ nos níveis pessoal e social.

Desse modo, a proposta de uma ética da paz, cujo fundamento seria a própria ética social cristã, deve estar empenhada com os direitos humanos, com a democracia, com a proteção das minorias, com o engajamento pela resolução pacífica e justa dos conflitos, e com tudo o que compõe a dinâmica da equidade. Uma ética da paz que se coloca como fundamento mínimo de uma ética inter-humana, não só por sua centralidade nos problemas que afetam a humanidade, na interconexão das ameaças à paz, à justiça e ao meio ambiente,⁴⁵ mas a promoção da paz aliada à tomada de consciência da necessária integração das culturas e, principalmente, das religiões.⁴⁶

Essa perspectiva da paz encontra acolhida e forma de expressão concreta na fraternidade, como que o modo de aplicar o aprender a viver juntos na prática e na experiência de encontro com o outro, de convivência com toda a realidade do outro. Muito contribui para isto a visão do Papa Francisco sobre a fraternidade humana. Ao refletir sobre seu papel na construção da paz e da convivência, o Papa nos diz que

A liberdade é um direito de toda a pessoa: cada um goza da liberdade de credo, de pensamento, de expressão e de ação. O pluralismo e as diversidades de religião, de cor, de sexo, de raça e de língua fazem parte daquele sábio desígnio divino com que Deus criou os seres humanos. Esta Sabedoria divina é a origem donde deriva o direito à liberdade de credo e à liberdade de ser diferente. Por isso, condena-se o facto de forçar as pessoas a aderir a uma determinada religião ou a uma certa cultura, bem como de impor um estilo de civilização que os outros não aceitam.⁴⁷

A preocupação do Papa Francisco nos desafia a redescobrir a pluralidade de valores humanos que se colocam como salvação para a humanidade, principalmente em momentos como o nosso, desejosos “da paz, da justiça, do bem, da beleza, da fraternidade humana, da convivência”.⁴⁸ Além disso, há uma

⁴³ PT p. 9-17.

⁴⁴ ANDRADE, P. F. C., *Ética, globalização e violência*, p. 88.

⁴⁵ COSTE, R., *Il est notre paix*, p. 18.

⁴⁶ KÜNG, H., *Projeto de ética mundial*, p. 186.

⁴⁷ FH p. 5.

⁴⁸ FH p. 3.

valorização do direito mais que fundamental da liberdade religiosa, de pensamento, de expressão e de ação. Liberdade que deve ser exercida na pluralidade e no respeito das diferenças inerentes à nossa humanidade, como dom divino na criação e como desígnio para nossa humanização.

A pluralidade humana, em sua diversidade de valores e de modos de pensar, não contradiz o valor humano de cada pessoa ou povo, expresso naquilo que nos une, isto é, nossa condição de criatura e filiação divina. Nesse sentido, as várias religiões prestam grande serviço para a construção da paz no mundo, na medida em que elas

ao partir do reconhecimento do valor de cada pessoa humana como criatura chamada a ser filho ou filha de Deus, oferecem uma preciosa contribuição para a construção da fraternidade e a defesa da justiça na sociedade. O diálogo entre pessoas de diferentes religiões não se faz apenas por diplomacia, amabilidade ou tolerância. Como ensinaram os bispos da Índia, “o objetivo do diálogo é estabelecer amizade, paz, harmonia e partilhar valores e experiências morais e espirituais num espírito de verdade e amor”.⁴⁹

Essas afirmações do Papa Francisco confirmam e encorajam o compromisso e o respeito para com o pluralismo e a diversidade, um fato com o qual a teologia e os estudos sobre as religiões devem interagir, no diálogo em suas divergências e convergências e na abertura à alteridade e à inclusão.⁵⁰ Não apenas o pluralismo e a complexidade da realidade social, inerentes às mudanças que marcam nossa sociedade, mas também o pluralismo religioso e seu complexo quadro de diferentes matizes e expressões religiosas devem ser respeitados como um direito inerente e fundamental, pois a liberdade religiosa

manifesta que podemos “encontrar um bom acordo entre culturas e religiões diferentes; testemunha que as coisas que temos em comum são tantas e tão importantes que é possível individuar uma estrada de convivência serena, ordenada e pacífica, na aceitação das diferenças e na alegria de sermos irmãos porque filhos de um único Deus”.⁵¹

Por isso, o Ensino Religioso deve assumir um método analítico e interpretativo, uma intencionalidade pedagógica e uma postura ética e estética que proporcionem, propiciem e promovam o conhecimento e o respeito das diversas e diferentes expressões religiosas, a fim de ter e levar os estudantes a uma melhor compreensão e ação diante do quadro religioso atual, bem como o direito à liberdade de viver, de expressar e de conviver essa diversidade e diferença.

⁴⁹ FT 271.

⁵⁰ RIBEIRO, C. O., O princípio pluralista, p. 241.

⁵¹ FT 279.

É baseada nesses pressupostos pedagógicos e teológicos que a proposta de trabalho descrita a seguir deseja contribuir.

3. Trabalho sobre Religiões, Ética (Regra de Ouro) e Ecologia

Apresentamos a seguir os objetivos, o método de pesquisa, os procedimentos de interpretação dos dados e de apresentação dos resultados referentes ao trabalho desenvolvido em nossas aulas.

Justificativa

Uma importante característica da realidade religiosa brasileira é a presença de diversas e diferentes religiões. De acordo com IBGE (Censo 2010), o Brasil é um país de uma rica diversidade religiosa, cujos seguidores possuem a liberdade de culto garantida pela Constituição, sem espaço para a intolerância. Em função da pluralidade étnica, essas diversas religiões têm contribuído para a riqueza de nossa diversidade cultural.

As tradições religiosas têm uma variedade muito grande de narrativas, símbolos, tradições, mitos, crenças, rituais e códigos morais. Malgrado os diferentes ensinamentos, quando olhamos atentamente na busca do ensinamento mais fundamental sobre o ser humano, o que encontramos é um mesmo princípio em todas elas. Esse princípio é a Regra de Ouro (ou Regra Áurea).

Argumento: Parlamento das Religiões Mundiais. Declaração de Ética Mundial

Somos todos pessoas falíveis e incompletas, com limitações e defeitos. Estamos cientes da realidade do mal. Justamente por isso, e em virtude do bem da humanidade, sentimo-nos comprometidos a expressar o que deveriam ser os elementos básicos de uma ética comum à humanidade – tanto para os indivíduos quanto para as comunidades e organizações, tanto para os Estados quanto para as religiões. Pois temos confiança: nossas tradições éticas e religiosas contêm *elementos éticos* o bastante, *claros e vivíveis para todas as pessoas de boa vontade*, religiosas ou não-religiosas.⁵²

Todos sabemos: em toda parte no mundo, hoje como ontem, seres humanos são tratados de forma desumana. São privados de suas chances de vida e de sua liberdade, seus direitos humanos são pisoteados, desconsidera-se sua dignidade humana. Mas poder não é o mesmo que Direito! Em face de toda

⁵² PARLAMENTO DAS RELIGIÕES MUNDIAIS, Declaração de Ética Mundial, p. 5 (grifo da fonte).

desumanidade, nossas convicções religiosas e éticas exigem: *todo ser humano tem que ser tratado de forma humana!*

Ou seja: todo ser humano – sem distinção de idade, sexo, raça, cor, capacidade física ou intelectual, língua, religião, convicção política, origem nacional ou social – é dotado de uma *dignidade intocável* e inalienável.⁵³

Há um princípio, a regra de ouro presente e preservada há milênios em muitas tradições religiosas e éticas da humanidade: *não fazes a outrem o que não queres que te façam a ti*. Ou, formulada de modo positivo: *fazes aos outros o que queres que te façam também a ti!* Essa deveria ser a norma inamovível e incondicionada para todos os campos da vida, para a família e as comunidades, para as raças, nações e religiões.⁵⁴

Objetivo geral

- Desenvolver um estudo sobre algumas tradições religiosas, sua visão ética do relacionamento entre as pessoas (Regra de Ouro) e delas com o meio ambiente (cosmovisão e ética ecológica).

Objetivos específicos

- Conhecer a história e os elementos fundamentais de algumas tradições religiosas.
- Identificar as peculiaridades e, principalmente, os pontos em comuns desses elementos com relação ao ser humano (antropologia) e à natureza (cosmovisão).
- Analisar as narrativas mitológicas das religiões como forma de transmissão dos conhecimentos e de sabedorias de vida, bem como a universalização de valores comunitários.
- Constatar a importância da ética para essas religiões, nos relacionamentos entre as pessoas (ética da reciprocidade) e para com a natureza (ética do cuidado com a Casa Comum).
- Promover o respeito às diferentes tradições religiosas e à influência que elas exercem nas escolhas e atitudes pessoais e coletivas.
- Desenvolver um posicionamento crítico sobre temas como racismo, intolerância, discriminação, preconceito, exclusão e outros temas relacionados às questões religiosas e étnicas.

⁵³ PARLAMENTO DAS RELIGIÕES MUNDIAIS, Declaração de Ética Mundial, p. 6 (grifo da fonte).

⁵⁴ PARLAMENTO DAS RELIGIÕES MUNDIAIS, Declaração de Ética Mundial, p. 7 (grifo da fonte).

Tradições religiosas:

Budismo, Candomblé, Espiritismo, Hinduísmo, Indígenas, Islamismo, Judaísmo, Umbanda.

Tópicos a serem pesquisados:

- Origem – data e localidade (contexto) da origem da religião.
- Divindade – nomes e características dos deuses cultuados pela religião.
- Doutrina fundamental – ensinamentos fundamentais da religião (ética e visão de mundo).
- Livro sagrado – textos ou tradições sagradas para a religião, orientadores de seus seguidores.
- Principal personagem – pessoas de fundamental importância para a religião.
- Regra de ouro – a formulação ou expressão do princípio ético.
- A contribuição da religião para a construção da paz e da justiça.

Procedimento do trabalho em grupo

Desenvolver a pesquisa, em sites confiáveis, coletando os dados referentes aos tópicos listados acima. A partir da análise dos dados pesquisados, elaborar um relatório de pesquisa com as apreciações e conclusões do grupo. O relatório é um documento que se caracteriza por conter informações resultantes de uma investigação ou um trabalho de pesquisa. Desse modo, o grupo deve desenvolver e redigir um texto, de caráter narrativo e descritivo, que apresente as informações pesquisadas e analisadas, bem como, suas considerações sobre a religião, com estrutura básica: cabeçalho, introdução, desenvolvimento dos tópicos pesquisados, conclusão e referências bibliográficas. Com base nesse relatório, preparar o material para ser apresentado em aula sobre a religião pesquisada.

Conclusão

Como conclusão, relato as expectativas e as impressões sobre os resultados obtidos, tendo em conta a preocupação com uma educação inclusiva, comprometida com a pluralidade humana e religiosa, com a liberdade de pensamento e com a superação de preconceitos.

Os alunos pertencem a uma realidade de classe média alta, uma homogeneidade social. O contato com outras realidades religiosas e culturais, mesmo que através de um trabalho escolar, permite um ampliação do

conhecimento sobre outras religiões, suas cosmovisões, sua ética, sua estética. Do ponto de vista pedagógico, o trabalho de pesquisa, devidamente orientado, favorece uma postura científica e um pensamento crítico e criativo sobre a realidade, assim como a preocupação e o posicionamento com relação à qualidade e veracidade de informações e notícias.

Esse conhecimento, postura científica e pensamento crítico são fundamentais para a superação de preconceitos e de visões distorcidas sobre o outro, sobre o diferente e mesmo o divergente. Igualmente, para possibilitar a percepção de elementos comuns com a cultura e religião vigentes, como o componente ético com relação ao outro ser humano e com à natureza, assim como a outras preocupações inerentes às várias tradições religiosas.

De modo concreto, é possível concluir que o contato com outras experiências e tradições religiosas, ainda que apenas mediadas por uma pesquisa feita no contexto escolar, é válido. Esse tipo de trabalho pedagógico contribui para a promoção da dignidade e dos direitos humanos, através do exercício do diálogo, da problematização de representações sociais, do debate e da conscientização sobre a intolerância, a discriminação, o preconceito, a exclusão e outros assuntos concernentes à nossa realidade religiosa, que espera de nós uma consciência, um posicionamento e uma postura éticas, em favor da fraternidade e da paz.

Referências bibliográficas

AMADO, J. P. Mas que loucura: o desafio de seguir Jesus no século XXI. In: GARCIO RUBIO, A.; AMADO, J. P. (Orgs.). **Espiritualidade Cristã em tempos de mudanças**: contribuições teológico-pastorais. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 17-32.

ANDRADE, P. F. C de. Ética, globalização e violência. In: INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL; CENTRO LOYOLA DE FÉ E CULTURA-RIO (Orgs.). **Violência e paz à luz da *Pacem in Terris***. São Paulo: Paulinas, 2005, p. 67-91.

BINGEMER, M. C. L.; FELLER, V. G. **Deus-amor**: a graça que habita em nós: Trindade e Graça II. São Paulo: Paulinas; Valencia: Siquem, 2003.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 23 de dezembro de 1996. In: BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 4ª ed., Brasília: Edição Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Fundação Carlos Alberto Vanzolini Gestão de Tecnologias em Educação, 2018.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1994.

COSTE, R. **Il est notre paix**. Paris: Les Éditions Ouvrières, 1991.

DELORS, J. et al. **Educação: um tesouro a descobrir**, relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI (destaques). Brasília, julho de 2010. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000109590_por>. Acesso em: 26 jul. 2022.

FRANCISCO, PP. **Carta encíclica Fratelli Tutti**: sobre a fraternidade e amizade social. São Paulo: Edições Loyola, 2020.

FRANCISCO, PP.; AL-TAYYEB, A. **Documento sobre a fraternidade humana em prol da paz mundial e da convivência comum**. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/travels/2019/outside/document/s/papa-francesco_20190204_documento-fratellanza-umana.html>. Acesso em: 02 dez. 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17ª edição, 23ª reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GARCIA, A. M. A experiência do conhecimento. In: HÜHNE, L. M. (Org.). **Metodologia científica**: caderno de textos e técnicas. Rio de Janeiro: Agir, 1997. p. 34-41.

GRESHAKE, G. **El Dios uno y trino**: una teología de la Trinidad. Traducción de Roberto Heraldo Bernet. Barcelona: Herder, 2001.

MIZUKAMI, M. G. N. **Ensino**: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.

MOVIMENTO PELA BASE; CENTER FOR CURRICULUM REDESIGN. **Dimensões e Desenvolvimento das Competências Gerais da BNCC**. Disponível em: <https://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2018/03/BNCC_Competencias_Progressao.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2022.

JOÃO XXIII, PP. **Carta Encíclica Pacem in Terris sobre a paz de todos os povos**. 5ª edição. São Paulo: Paulinas, 2003.

KÜNG, H. **Projeto de ética mundial**: uma moral ecumênica em vista da sobrevivência humana. Tradução Haroldo Reimer. São Paulo: Paulinas, 1993.

LIBÂNIO, J. B. **A arte de formar-se**. São Paulo: Loyola, 2002.

MARDONES, J. M. **Matar a nuestros dioses**: un Dios para un creyente adulto. Madrid: Editorial PPC, 2007.

MENDOZA-ÁLVAREZ, C. **El Dios escondido de la posmodernidad**: deseo, memoria e imaginación escatológica: ensayo de teología fundamental posmoderna. México: Sistema Universitario Jesuita: Fideicomiso Fernando Bustos Barrena sj, 2010.

PARLAMENTO DAS RELIGIÕES MUNDIAIS. **Declaração de Ética Mundial**. Chicago, E.U.A, 1993. Disponível em: <https://www.weltethos.org/1-pdf/10-stiftung/declaration/declaration_portuguese.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2022.

RIBEIRO, C. O. O princípio pluralista: bases teóricas, conceituais e possibilidades de aplicação. **Revista de Cultura Teológica**, ano XXV, n.90, p. 234-257, jul-dez. 2017. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/view/rct.i90.35979>>. Acesso em: 12 jul. 2022.

RUBIO, A. G. **Unidade na pluralidade**: o ser humano à luz da fé e da reflexão cristãs. São Paulo: Paulus, 2001.

TORRINHA, F. Communico, communio, communitas, communis. In: TORRINHA, F. **Dicionário latino português**. Porto: Gráficos Reunidos, 1942, p. 169.

Marcio Henrique da Silva Ribeiro

Doutorando em Teologia Sistemático-Pastoral pela
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro / RJ – Brasil

E-mail: mhribeiro@uol.com.br

Recebido em: 31/07/2022

Aprovado em: 08/12/2022